



Jerson Kelman *

Guanabara continua poluída

Não adiantaram os programas milionários de despoluição da baía

Recente missão da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (Jica) avaliou a qualidade de água em oito pontos da Baía de Guanabara. Em apenas um a qualidade da água encontra-se satisfatória. Nos outros sete, o índice de poluição apresenta-se alto ou altíssimo. Isso depois de terem sido gastos centenas de milhões de reais no programa de despoluição ao longo de quase uma década. Os técnicos constataram também que duas estações de tratamento de esgoto não estão funcionando há um mês. Como explicar o fracasso desse programa e de outros semelhantes pelo Brasil afora?

Fracasso não houve para as empresas que construíram as estações de tratamento de esgoto ou fabricaram os equipamentos. Elas receberam, ou vão receber, o pagamento pelo trabalho feito. E quanto mais caras forem as obras e equipamentos, maiores os lucros, porque as empresas recebem proporcionalmente ao custo do empreendimento.

Como os construtores e fabricantes são contratados apenas para implantar a estação de tratamento, e não o sistema como um todo, é justo que rece-

bam pagamento, mesmo que as estações não recebam esgoto para tratar. O que não é justo é que prevaleça um sistema que cobre da população por resultados não alcançados. Como resolver o assunto?

É preciso inverter a lógica existente: em vez de os construtores e fabricantes lucrarem proporcionalmente ao custo do empreendimento, tem que ser o contrário. A fórmula é simples: o governo, em vez de financiar a construção da estação, deve pagar pelo resultado da operação; no caso esgoto tratado.

Nessa proposta, a receita da empresa vencedora da licitação não dependerá do custo do empreendimento, e sim do preço ofertado na licitação por metro cúbico de esgoto tratado. Portanto, seu interesse será o de minimizar, e não o de maximizar, o custo de implantação. Como não receberá nenhum centavo antes de estar plenamente operacional, terá que ter recursos financeiros próprios ou buscá-los no mercado, tendo como trunfo os recebíveis do governo. Como esses recebíveis encontram pouca receptividade por parte dos banqueiros, é preciso que o contrato entre governo e

prestador de serviço seja lastreado por depósito, em fundo financeiro, do valor presente do fluxo de pagamentos. Assim, o governo só contratará o que efetivamente poderá pagar e o prestador não correrá riscos de variações de humores governamentais. De maneira simples o governo pagará por resultados, e não por promessas.

Podem parecer aos mais incrédulos que propostas dessa natureza são boas idéias, mas que não conseguem ser implementadas na prática. Felizmente, é possível sim aumentar a eficácia governamental. O governo Fernando Henrique Cardoso criou a Agência Nacional de Águas (ANA), que começou a funcionar em janeiro de 2001. Já em seu primeiro ano a ANA lançou o Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes), que tem exatamente as características do programa acima descrito. Em 2001, conseguimos viabilizar 17 estações de tratamento de esgoto, com investimentos de R\$ 138 milhões (R\$ 51 milhões serão desembolsados pela ANA, depois que o serviço estiver sendo prestado). Quando se olha o gigantesco desafio na escala do Brasil, é pouco. Mas é o primeiro passo.

* Diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA).

Como explicar
— e resolver —
esse e outros
fracassos
semelhantes
pelo Brasil afora?